

SUMÁRIO

1

ANOTAÇÕES EM DIREITO ECONÔMICO	23
1. PRIMEIRAS NOÇÕES	23
1.1 Surgimento do Direito Econômico	23
1.2 Conceito de Direito Econômico	24
1.3 O Direito Econômico como um ramo autônomo do Direito	25
1.4 O Direito Econômico como um processo de juridicização da Política Econômica	25
1.5 Os sujeitos que participam da política econômica.....	26
1.6 O Direito Econômico como um conjunto de normas de conteúdo econômico.....	27
1.7 O Direito Econômico e a defesa e a harmonia dos interesses individuais e coletivos.....	28
1.8 O Direito Econômico e a sua relação com a ideologia adotada pela Constituição.....	28
1.9 Objeto do Direito Econômico.....	29
1.10 Autonomia do Direito Econômico e a competência legislativa	30
1.11 Sobre uma teoria geral do direito econômico.....	31
1.12 Direito da Economia x Direito Econômico	31
1.13 Fontes do Direito Econômico	32
1.14 Análise Econômica do Direito	33
1.14.1 Introdução.....	33

1.14.2	Conceito de Análise Econômica do Direito.....	35
1.14.3	Justificativa da Análise Econômica do Direito.....	36
1.14.4	Juseconomia.....	37
1.14.5	O Direito sem a AED.....	37
1.14.6	O Direito com a AED.....	38
1.14.7	Justiça x Eficiência.....	38
1.14.8	Conveniência ou não da adoção do critério eficiência como critério de justiça	39
1.14.9	Conclusão.....	39
1.15	Visão Econométrica do Direito.....	39
1.16	Hermenêutica em Direito Econômico.....	41
1.17	O Liberalismo Econômico e o Estado Intervencionista.....	46
2.	CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA	48
2.1	Surgimento da Constituição Econômica	48
2.2	Ordem Econômica	49
2.3	A Constituição de 1988.....	50
2.4	Conceito de Sistema Econômico	50
2.5	Conceito de Constituição Econômica.....	51
2.6	Temas da constituição econômica	52
2.7	Artigos da Constituição Econômica.....	53
3.	ORDEM ECONÔMICA: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	56
3.1	Ordem econômica: Fundamentos.....	56
3.1.1	Diferença entre fundamento e princípio da ordem econômi- ca.....	56
3.1.2	Valorização do Trabalho humano.....	56
3.1.3	Livre Iniciativa.....	60
3.2	Ordem econômica: Finalidade	65
3.2.1	Assegurar a todos existência digna.....	65
3.2.2	Justiça social como fim da ordem econômica.....	68
3.3	Ordem econômica: Princípios.....	70
3.3.1	Princípio constitucional econômico da soberania nacional...	70
3.3.2	Princípio constitucional econômico da propriedade privada	76

3.3.3	O princípio constitucional econômico da função social da propriedade.....	80
3.3.4	O princípio constitucional econômico da livre concorrência	82
3.3.5	O princípio constitucional econômico da defesa do consumidor.....	83
3.3.6	O princípio constitucional econômico da defesa do meio ambiente	88
3.3.7	O princípio constitucional econômico da redução das desigualdades regionais e sociais	93
3.3.8	O princípio constitucional econômico da busca do pleno emprego	96
3.3.9	Princípio constitucional econômico do tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País ..	99
3.4	Princípio do livre exercício de qualquer atividade econômica	102
3.5	Os princípios constitucionais econômicos não são antinômicos. Estão em tensão	104
3.6	Os limites da atuação interventiva do Estado fazem parte do regramento jurídico da Economia.....	105
4.	INTERVENÇÃO ESTATAL NO DOMÍNIO ECONÔMICO	106
4.1	Introdução.....	106
4.2	Técnicas de direção sobre o mercado	107
5.	EXPLORAÇÃO DIRETA PELO ESTADO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (ART. 173)	108
5.1	Introdução.....	108
5.2	Empresas estatais que exercem atividade econômica.....	109
5.3	Estatuto Jurídico das empresas estatais que exploram atividade econômica (Art. 173, § 1º)	110
5.4	Isonomia Fiscal entre empresas estatais que exploram atividade econômica e empresas privadas (Art. 173, § 2º)	112
5.5	Relações da Empresa Pública com o Estado e a Sociedade	112
5.6	A Lei nº 13.303/2016 e o Estatuto Jurídico das Empresas Estatais e Sociedades de Economia Mista.....	113
6.	ESTADO. AGENTE NORMATIVO E REGULADOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA (ART. 174)	115

6.1	A fiscalização da atividade econômica	116
6.2	O incentivo da atividade econômica.....	116
6.3	O planejamento da atividade econômica	117
6.3.1	Competência para o planejamento da atividade econômica..	118
6.3.2	Eficácia normativa do planejamento estatal.....	119
6.4	Planejamento com vistas ao Desenvolvimento Nacional (Art. 174, § 1º)	120
7.	AGÊNCIAS REGULADORAS	121
7.1	Introdução.....	121
7.2	Regulação Estatal da Economia	124
7.3	A ideia de agência reguladora.....	125
7.4	Conceito	126
7.5	Funções.....	126
7.6	Autonomia da Agência Reguladora	126
7.7	Agência Reguladora, Legislativo e Judiciário	127
7.8	Normatividade das agências	127
7.9	Agência Reguladora, Lei e Legitimidade.....	128
7.10	Processo decisório e controle social nas agências reguladoras	128
8.	CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E SERVIÇOS PÚBLICOS (ART. 175)	131
8.1	Características Gerais das Empresas Estatais	133
8.2	Regime jurídico das empresas estatais que prestam serviço público.	136
9.	ATUAÇÃO ESTATAL NA ECONOMIA EM REGIME DE MONOPÓLIO	137
9.1	O monopólio estatal como atividade permitida pela Constituição....	141
10.	OUTROS PONTOS DA CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA	143
10.1	Tratamento Jurídico do Capital Estrangeiro (Art. 172).....	143
10.2	Cooperativismo (Art. 174, § 2º)	144
10.3	Atividade Garimpeira (Art. 174, §§ 3º e 4º).....	147
10.4	Responsabilidade da Pessoa Jurídica (Art. 173 § 5º).....	147
10.5	Ordenação dos Transportes (Art. 178).....	154
10.6	Tratamento Jurídico Diferenciado às Micros e EPPs (art. 179).....	157
10.6.1	Lei Complementar nº 123: Estatuto Nacional Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.....	157

10.6.2	Simple Nacional.....	158
10.6.3	Quem são as Micros e as EPPs? (art. 3º)	158
10.7	Promoção e Incentivo ao Turismo (Art. 180).....	181
10.8	Requisição ou Informação Feita por Autoridade Estrangeira (art. 181)	184
10.9	Jazidas. Recursos Minerais. Propriedade. Exploração e Aproveitamento. Autorização e Concessão. Limites. Interesse nacional.....	185
10.9.1	Conceito de jazidas.....	185
10.9.2	Conceito de mina	185
10.9.3	Conceito de lavra.....	185
10.9.4	Formas de aproveitamento e exploração das substâncias minerais	187
10.9.5	Limites ao aproveitamento e à exploração das substâncias minerais	188
11.	GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E MERCOSUL.....	188
11.1	Globalização	188
11.2	Rumos Possíveis.....	189
11.3	Integração Econômica	189
11.4	ALADI.....	191
11.5	Acordo Geral de Tarifas e Comércio - GATT	192
11.6	Organização Mundial do Comércio.....	194
11.7	Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.....	195
11.7.1	Antecedentes.....	195
11.7.2	Criação.....	196
11.7.3	A natureza jurídica do Mercosul	197
11.7.4	Princípios e Propósitos	197
11.7.5	Tratado de Assunção.....	198
11.7.6	Soluções de Controvérsias no Mercosul.....	207
12.	DEFESA COMERCIAL.....	209
12.1	Legislação	210
12.2	Medidas Antidumping.....	211
12.3	Medidas Compensatórias	212
12.4	Medidas de Salvaguarda.....	214

12.5 Procedimentos Administrativos para imposição de medidas de defesa	215
12.6 Defesa Comercial no Mercosul.....	218
12.7 Procedimento de Solução de Controvérsias na OMC	219

2

DIREITO ECONÔMICO CONCORRENCIAL 223

A LEI Nº 12.529/11, A PROTEÇÃO DA ORDEM ECONÔMICA E O ANTITRUSTE.....	223
1. A PROTEÇÃO DA CONCORRÊNCIA: PRIMEIRAS NOÇÕES.....	223
1.1 Introdução.....	223
1.2 Lei de Proteção da Ordem Econômica.....	225
1.3 A Importância da concorrência	226
1.4 Distinção entre livre iniciativa e livre concorrência.....	227
1.5 SBDC	228
1.6 CADE – Origens	229
1.7 Papel do CADE.....	230
1.8 Estrutura Organizacional do CADE	231
1.9 Composição do CADE – Presidente e Conselheiros	233
1.10 Ministério Público Federal junto ao CADE	234
1.11 Taxa Processual e Receitas do CADE.....	235
1.12 O Instituto da Consulta.....	235
1.13 Como atua o CADE no caso de infrações.....	236
1.14 Infração contra a Ordem Econômica	237
1.15 Caráter Repressivo da Lei e Caráter Preventivo da Lei.....	237
1.16 Atuação preventiva do CADE.....	238
1.17 Atuação repressiva do CADE.....	240
1.18 Papel educativo do CADE	241
1.19 Decisões do CADE e adequação à Constituição Econômica	242
1.20 Atribuições da SEAE na Lei nº 12.529/11	243
1.21 Globalização Econômica e Concorrência.....	244
1.22 Conceito de Antitruste e seus objetivos	246

1.23	Influências da Lei Brasileira de Defesa da Concorrência	248
1.24	A Economização do Direito	250
1.25	Atuação Judicial Direta na Ordem Econômica e o microssistema da Lei nº 12.529/11	251
1.26	Normas Antitrustes: instrumentos para implementação de uma política pública.....	252
1.27	A Lei nº 12.529/11 e o CDC.....	253
1.28	A Lei nº 12.529/11 e a Propriedade Industrial (ou intelectual).....	254
1.29	Hermenêutica e interpretação das normas previstas na Lei de Proteção da Ordem Econômica (Lei nº 12.529/11)	255
1.30	Observações Finais.....	255
2.	ANÁLISE DE ALGUNS ARTIGOS DA LEI Nº 12.529/11.....	257
2.1	Titularidade dos bens protegidos pela lei de proteção da ordem econômica (art. 1º, parágrafo único)	257
2.1.1	Comportamento do agente econômico, efetividade do direito econômico concorrencial, liberdade e desenvolvimento	259
2.2	Princípio da territorialidade objetiva (Art. 2º).....	260
2.3	Procuradoria do CADE (art. 15).....	262
2.4	Abrangência da lei antitruste quanto às pessoas (Art. 31)	263
2.4.1	CADE x Agências Reguladoras.....	264
2.4.2	Poder Público Econômico e Infração à Ordem Econômica ..	267
2.5	Atuação Estatal na Atividade Econômica e Defesa da Concorrência	268
2.6	Responsabilidade entre empresa e seu dirigente (art. 32).....	269
2.7	Solidariedade de empresa integrante de grupo(Art. 33)	270
2.8	Desconsideração da personalidade jurídica(Art. 34)	270
2.9	O Artigo 35 da lei e a independência das instâncias.....	273
2.10	O artigo 47 da Lei nº 12.529/11	274
3.	INFRAÇÕES À ORDEM ECONÔMICA	276
3.1	O poder econômico e seu uso abusivo	276
3.2	Poder de mercado: Sua necessidade para a ocorrência de infração ..	277
3.3	Estrutura da norma caracterizadora da infração à ordem econômica....	281
3.4	Exemplo.....	284
3.5	O elenco do parágrafo terceiro do artigo 36 é meramente exemplificativo das condutas infrativas.....	284

3.5.1	Técnica legislativa da lei nº 12.529/11	286
3.6	Infração contra a ordem econômica e culpa.....	287
3.7	Espécies de infração.....	288
3.8	Limitar, falsear ou prejudicar a concorrência.....	289
3.9	Ampliação da parcela de mercado	290
3.10	Presunção juris tantum de posição dominante.....	290
3.11	Regra da Razão e Regra do Per Se.....	290
4.	MERCADO RELEVANTE	292
4.1	Conceito de mercado relevante.....	292
4.2	Como delimitar o mercado relevante.....	293
4.3	Monopólio.....	294
4.4	Mercado Relevante. Dois aspectos fundamentais	294
4.5	Mercado relevante geográfico.....	295
4.6	Alguns aspectos que deverão ser levados em conta quando da delimitação do mercado relevante geográfico:	296
4.7	Mercado relevante geográfico mundial	296
4.8	Mercado relevante material (ou mercado relevante produto).....	296
4.9	Presunção de fungibilidade.....	298
4.10	Tendência universal das autoridades antitruste em delimitar cada vez mais o mercado relevante material.....	299
5.	AUMENTO ARBITRÁRIO DOS LUCROS	300
5.1	Ordem Constitucional Econômica e Lucratividade	300
5.2	Preços excessivos e o aumento arbitrário dos lucros.....	301
5.3	O Consumidor e o aumento arbitrário dos lucros.....	303
6.	ABUSO DE POSIÇÃO DOMINANTE	304
6.1	Introdução.....	304
6.2	Definição de posição dominante	305
6.3	Ausência significativa de Riscos	307
6.4	Práticas cometidas pelo agente em posição dominante	307
6.5	Não se pune a posição dominante em si.....	308
6.6	Posição dominante e grupo de empresas.....	309
6.7	Indícios da existência de posição dominante.....	310
6.8	Práticas típicas do abuso de posição dominante	312

6.9	A utilização do critério do “abuso de direito” como delimitador da fronteira do uso-abuso do poder econômico.....	314
7.	PENALIDADES.....	315
7.1	Penalidades Pecuniárias.....	315
7.2	Penalidades Não Pecuniárias.....	317
7.3	Responsabilidade dos administradores.....	321
7.4	Discrecionariade na dosagem da pena.....	321
7.5	Prescrição.....	323
7.6	Compliance Concorrencial.....	324
8.	ACORDOS ENTRE AGENTES ECONÔMICOS.....	325
8.1	Introdução.....	325
8.2	Classificação dos acordos segundo os mercados relevantes em que atuam os partícipes: acordos verticais e acordos horizontais.....	327
8.3	Acordos Horizontais: os cartéis.....	328
8.4	Cartéis de preços.....	329
8.5	Cartéis de Exportação.....	330
8.6	Cartéis Internacionais.....	331
8.7	Acordos Verticais.....	333
9.	PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO SBDC.....	335
9.1	As seis espécies de Procedimentos Administrativos.....	335
9.2	Procedimento preparatório de inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica.....	335
9.3	Inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica.....	336
9.4	Processo administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica.....	337
9.5	Processo administrativo para análise de ato de concentração econômica.....	339
9.6	Procedimento administrativo para apuração de ato de concentração econômica.....	343
9.7	Processo administrativo para imposição de sanções processuais incidentais.....	344
9.8	A intervenção de terceiros nos processos administrativos.....	346
9.9	Prioridade da análise dos Atos de Concentração.....	346

9.10	Sessões de Julgamentos no CADE.....	346
9.11	Medida preventiva (Art. 84).....	347
9.12	Compromisso de Cessação (Art. 85)	347
9.13	Acordo de Leniência.....	351
9.13.1	Introdução.....	351
9.13.2	Programa de Leniência.....	351
9.13.3	Requisitos.....	352
9.13.4	Benefícios.....	353
9.13.5	Confidencialidade.....	353
9.13.6	Programa de Leniência e cartéis internacionais.....	354
9.13.7	Acordo de Leniência e danos a terceiros pela prática de infração à ordem econômica	355
9.13.8	Propostas de Acordo Recusadas.....	355
9.13.9	Artigo Pertinente	355
9.13.10	Efeitos criminais do acordo de leniência (Art. 87)	357
9.14	Da Consulta.....	358
9.15	Participação do CADE em processos judiciais	358
9.16	Inaplicabilidade da lei a casos específicos.....	358
10.	NOTAS SOBRE AS CONCENTRAÇÕES ECONÔMICAS.....	359
10.1	Introdução.....	359
10.2	Classificação das concentrações.....	361
10.3	Concentração Conglomerada e Concorrência Potencial.....	363
10.4	Principais razões e argumentos favoráveis às concentrações	363
10.5	Argumentos contrários às concentrações.....	364
10.6	Avaliação das concentrações.....	364
10.7	Necessidade de aprovação prévia pelo CADE.....	366
10.8	Autorização precária e liminar para a realização de ato de concen- tração econômica e decretação de medida cautelar.....	367
11.	SÚMULAS DO CADE.....	370
11.1	Súmulas	370

ANEXO – PEQUENO VOCABULÁRIO EM DIREITO ECONÔMICO E ECONOMIA..... 373